

O FIM DA RECONQUISTA E A CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO ALGARVE

por **Valdemar Coutinho**

Conflitos pelo domínio das terras conquistadas

A Reconquista no Algarve, iniciada em 1189 com a tomada de Silves aos Mouros, por D. Sancho I, auxiliado por cavaleiros-monges flamengos, conheceu avanços e recuos. Silves voltou a cair na posse dos Mouros, logo em 1191, às mãos de Iacub-el Mansur, também conhecido por Miramolim de Marrocos,

No reinado de D. Sancho II (1223-1248), despoletou-se uma grande ofensiva cristã no Algarve em que se destacou o português, D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago de Espada, com sede em Uclés, no reino de Castela. Naquela altura, Alcoutim, Castro Marim, Aiamonte, Tavira e Cacela foram ocupadas pelos Cristãos, tendo as duas últimas localidades sido doadas àquela Ordem, em reconhecimento pelo papel desempenhado pelos seus membros na ofensiva contra os Mouros.

D. Paio Peres Correia aumentou o seu já grande prestígio de cavaleiro insigne ao tomar parte na conquista de Sevilha, ao lado de D. Fernando III, rei de Castela. No Algarve, a situação era um tanto complexa, devido à presença muçulmana em várias localidades prósperas, como era o caso de Silves e Faro e às pretensões dos reis de Portugal e Castela sobre as terras do Sudoeste da Península Ibérica, a que se juntavam os interesses da referida Ordem.

A situação da política interna em Portugal tornou-se muito confusa quando D. Sancho II começou a ser contestado por parte do clero e por muitos nobres influentes, em razão dos esforços do

monarca para reduzir certas regalias das ordens privilegiadas. Alguns prelados levaram a intriga ao papa que tomou o partido de D. Afonso, conde de Bolonha e irmão do rei português. Por bula de 1245, são concedidas a este as indulgências da Terra Santa para as expedições contra os infiéis na Espanha. Era uma forma de apoio à causa dos opositores de D. Sancho II que vieram a conseguir os seus intentos e a obter a bula de deposição de rei em 24 de Julho de 1245. No futuro, o conde de Bolonha ficava com uma obrigação moral de não descurar o movimento da Reconquista no Sul do território.

Após uma guerra civil entre os dois blocos antagónicos e a morte do irmão, D. Afonso III ocupou, efectivamente, o trono e tomou medidas para impor a sua autoridade, a nível interno e externo. A tomada de Sevilha em 1248 foi um marco decisivo na ofensiva cristã no Sul da Península Ibérica, tendo o rei português planeado, logo no ano seguinte, uma ofensiva com o objectivo de conquistar Faro, um grande centro económico dos muçulmanos. Além do prestígio daí resultante, era uma forma de se afirmar internacionalmente e de garantir a ocupação de territórios que, de outra forma, poderiam cair, irremediavelmente, sob o controle do rei de Castela. Naquela deslocação ao Algarve, o rei foi acompanhado por figuras gradas da nobreza portuguesa e por membros das Ordens Militares fixadas em vários pontos do território. Entre os apoiantes naquela acção militar esteve o conceituado guerreiro e mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia, com larga experiência e prestígio nas actividades da Reconquista. Segundo informação do Cronista Rui de Pina, o rei e o mestre encontraram-se em Salir, uma das zonas ocupadas pelos Cristãos há poucos anos: *E ho mestre Dom Payo Correa, que por prazer delRey de Castela era já Vassallo delRey Dom Affonso de Portugal, sabendo de sua yda ho foy com suas gentes aguardar na Villa de Sellir antre Loullée e Almodouvar, e aly se viram e ho Mestrelhe fez sua devida reverencia e acatamento.*¹

Concluída a conquista de Faro, o rei não terá favorecido a Ordem de Santiago, como esta esperaria, em razão do apoio prestado pelos seus membros naquela acção militar, aumentando-lhe os domínios de que já dispunha no Algarve, em Tavira e Cacela. A alcaidaria da cidade recém conquistada foi entregue a Estevão Pires de Tavares, um dos nobres que tinham apoiado o monarca naquela empresa e a de Porches a Estevão Anes, apoiante de D. Afonso III no diferendo com o irmão. É provável que esta atribuição daquelas

¹ Rui de Pina. "Cronica DelRey D. Affonso III", in *Crónicas de Rui de Pina*. introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão Editores, 1977. pp. 189-190.

alcaidarias estivesse relacionada com a preocupação de evitar uma influência demasiado grande dos espatários no Algarve, pelo facto de a sua sede estar em Espanha e ser notória a sua estreita ligação aos monarcas castelhanos. O rei português estaria a agir daquele modo tanto para assegurar o domínio português no Sul do território nacional, como para beneficiar os seus apoiantes.

Aquela actuação não terá passado despercebida ao rei castelhano que, talvez por instigação do mestre da referida Ordem reclamou a posse das terras conquistadas, com o argumento destas terem feito parte do reino mouro de Sevilha que havia caído na sua posse pouco antes e por o rei mouro de Melila ter colocado as terras a Ocidente do Guadiana na dependência do príncipe D. Afonso, o futuro Afonso X, o Sábio.

D. Afonso III não acatou tais pretensões, apoiando-se no facto de, há perto de um século, ter sido acordado que as terras a conquistar no Sul seriam atribuídas a D. Afonso Henriques e também por o rei de Castela, D. Fernando III ter imposto a D. Paio Peres Correia a obrigação de entregar a D. Sancho II os castelos a Ocidente do Guadiana. Este último argumento não era muito sólido porque, durante a guerra civil em Portugal, Castela tinha favorecido o bloco contrário ao do bolonhês e, em rigor, não estava obrigado a ordenar a devolução daquelas terras ao novo rei.

Em 1251, Afonso III levou a efeito uma nova campanha contra os Mouros de que resultou a ocupação de Aroches e Aracena, territórios situados no Noroeste andaluz, a Oriente do Guadiana, colocando-os na dependência da coroa portuguesa. A reacção de Castela a esta iniciativa não se fez esperar, atacando Alcúitim e cercando Tavira. Estas incursões em territórios atribuídos a Portugal não tiveram continuidade devido a problemas internos surgidos em Espanha, pelo que se celebrou uma paz de compromisso, em 1253, estabelecendo-se ligações familiares entre os soberanos dos dois povos. Afonso III casava com D. Beatriz, filha bastarda de Afonso X e este ficaria como usufrutuário das terras do Algarve, até ao nascimento de um herdeiro, a quem estas seriam entregues. A aliança agora firmada levantou um conflito diplomático com o papa, porque o rei português ainda era casado com D. Matilde, condessa de Bolonha. Este problema veio a ser, naturalmente, solucionado algum tempo depois por morte da condessa em 1258.

Numa estratégia inteligente, o rei português alterou o seu comportamento em relação à ordem de Santiago, para evitar conflitos com esta, que poderiam prejudicar os interesses portugueses nos

territórios algarvios. Em 1255, fez a doação dos castelos de Cacela² e do de Aiamonte³ a essa Ordem em recompensa dos serviços prestados pelos membros dessa Ordem, pelo mestre D. Paio Peres Correia e pelo comendador em Portugal, Gonçalo Pires, confirmando outras doações de castelos em zonas situadas mais a Norte. Surgiram entretanto outras problemas no Algarve entre o monarca português e o soberano de Castela, quando, em 1261, Afonso X doou ao bispo de Silves e seu cabido vários bens nesta cidade e nas localidades de Albufeira, Faro e Tavira. Afonso X agia como se estivesse na posse plena daquela zona, depois do que tinha acordado na altura da decisão de dar a filha, D. Beatriz, em casamento a D. Afonso III. Este novo conflito veio a ser solucionado com o reconhecimento dos direitos dos Portugueses às terras algarvias, comprometendo-se D. Afonso III a ajudar o sogro com 50 lanças, sempre que houvesse necessidade, num gesto de vassalagem. Estas decisões foram consolidadas no tratado de Badajoz (1267), após o parecer favorável de uma comissão arbitral, sendo o guardião dos castelos algarvios notificado para os entregar ao rei português: *...a vos don johan d'Avoyñ salutem et gratia. Mandamos a vos firmemente e outorgamos que que vista esta carta dedes e entreguedes al rey don Alfonso de Portugal o quien el mandar todolos castiellos del Algarve que son estes: Tavira e Loule e Santa Maria de Faarom e Paterna e Silve e Aljaçur cum todas sus pertinencias e cum todo sus derechos e com todas sus rendas e toda la terra del Algarve com todo su senhorio...*⁴ Por sua vez, Afonso III entregava Aiamonte, Aroche e Aracena.

O referido tratado de Badajoz não acabou, de uma vez por todas, com as querelas entre Portugal e Castela pela posse das terras a Sul. Nos primeiros anos do reinado de D. Dinis (1279-1325), reacenderam-se os conflitos fronteiriços. Entre outros locais, levantaram-se problemas com os castelos de Moura, Serpa e Mourão

² "Ego Alfonsus Dei gratia rex Portugalie et Comes Bolonie...pro multo bono servicio quod michi fecerunt donus Pelagius Petri Corrigia magister milicie Ordinis Sancti Jacobi et donus Gonsalvus Petri comendator eiusdem Ordinis in Portugalie et fratres eiusdem Ordinis et pro remedio anime mee et patris mee et matris mee et predecessorum meorum do et concedo eis et Ordini Militie Sancti Jacobi omnibusque successoribus eorum in perpetuum castellum de Cazcala cum istis terminibus..." ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, l. 1, fls., 148-148v, in José Marques "Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III", in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia, Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 116-117.*

³ IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso III, l. 1, fl. 149.

⁴ IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso III, l. 1, fl. 87v, in José Marques, ob. Cit., pp. 120-121.

que tinham sido doados por Afonso X à rainha viúva, D. Beatriz e, ao mesmo tempo, aos Hospitalários de Castela. O conflito resultante da dupla doação foi solucionado com a retirada dos Hospitalários daqueles castelos, recebendo recompensas no reino de Castela, com a obrigação de prescindir de quaisquer direitos nos ditos castelos: *E porque Moura, e Serpa, e Mouram erão da Ordem do Esprital de S. João de Castella ho dito Rey D. Afonso pera melhor, e mais livremente poder dar as ditas Villas à dita Rainha sua filha, por serem conjuntas aho dito Reyno de Portugal ante algum tempo, que se fizesse a dita doaçam elle por autoridade, que se ouve do Gram Mestre, e por consentimento do Prior, e Freyres da dita Ordem em Castella fez com elles escaybo das ditas Villas pera lhe fiquarem livres, e por ellas deu em Castella pera fiquarem à dita Ordem pera sempre Touro, e ha Egreja de Santa Maria da Veyga, e hos direytos de Cayrola, e has Martineguas, e direytos de Guaronha, e de Feerne, e de Paralyves, com outros, e outras muitas rendas, e direytos...*⁵

A tensão entre os monarcas de Portugal e Castela agravou-se com a subida ao trono de D. Sancho I, herdeiro e sucessor de Afonso X. O reacender das hostilidades levou a invasões de parte a parte que só vieram a ser suspensas pelo tratado de Alcanizes (1297) de que agora se celebra o sétimo centenário, em cujas comemorações se integram estas IV jornadas de Luso-Espanholas de História Medieval.

Para além das escaramuças a nível de monarcas, D. Dinis também enfrentou problemas com a Ordem de Santiago de Espada, porque esta dispunha de vastos domínios em Portugal, nomeadamente no Algarve, e a sua sede encontrava-se em Uclés. Como em Portugal existia apenas um comendador, muitas das rendas da Ordem em território Português revertiam para a sede, com prejuízo dos interesses nacionais.

D. Dinis conseguiu encontrar uma forma de modificar este estado de coisas. Obteve autorização do papa para que os membros da Ordem residentes em Portugal pudessem eleger um mestre próprio. Era uma forma de separar os interesses de Portugal dos de Espanha. A pretensão do rei português foi atendida pelo papa que, por bula de 1288, aceitava aquele procedimento, o que foi confirmado dois anos depois. O mestre da Ordem, residente em Uclés, protestou contra tal decisão, tendo-se sucedido vários documentos, ora anulando a separação da Ordem, ora confirmando-a. Entretanto, vigorava uma separação de facto, até que, já em meados do século XV, se procedeu à separação *de jure*.

⁵ Rui de Pina, *Coronica del Rey Dom Diniz*, in ob. Cit., p. 23.

A Ordem dos Templários, com muitos bens em Portugal, também criou alguns problemas ao sucessor de D. Afonso III. A sua extinção, em 1312, depois de um processo cheio de cabalas sórdidas do rei de França, acarretava a saída de muitos daqueles bens. D. Dinis encontrou forma de reter em Portugal os ditos bens, com a criação da Ordem de Cristo, em 1319, pela bula *Ad ea ex quibus*, sendo-lhe concedido o castelo de Castro Marim para sede. Entre as razões apontadas para se fixar a sede naquela localidade, faz-se referência às boas condições daquele castelo e à sua proximidade da terra dos Mouros. *Castello muy forte, a que a disposição do lugar faz muy defensavel que he na frontaria dos ditos inimigos (os Mouros)*⁶. É certo que que o Algarve não é muito distante da costa do Norte de África e que, mesmo nessa altura eram frequentes as incursões de Mouros no Sul da Península, mas já não controlavam a Andaluzia junto à fronteira portuguesa. Por isso, é provável que a fixação em Castro Marim da sede da Ordem de Cristo, uma Ordem estritamente portuguesa, também se prendesse com razões de ordem estratégica da defesa da fronteira, numa altura em que, apesar dos tratados assinados, a estabilidade não era sólida. Na mente do rei estaria, provavelmente, o propósito de constituir, no Sudeste algarvio, uma praça forte para dissuadir tanto pretensões de Mouros como de Castelhanos ou da Ordem de Santiago de Espada.

A construção/reconstrução dos castelos de Alcoutim e Castro Marim

A celebração de tratados foi importante para a consolidação de fronteiras a Leste, mas não menos importante foi a acção dos monarcas no plano militar para assegurar a soberania portuguesa, com a construção/reconstrução de fortalezas que reprimissem o inimigo, em caso de ataque, ou se tornassem um factor de dissuasão de incursões. Sem meios militares adequados, as cláusulas dos tratados depressa seriam esquecidas ou violadas.

Dados os condicionalismos atrás referidos, a fronteira algarvia com Castela foi objecto de preocupações régias defensivas. Alcoutim já fora vila fortificada no tempo dos Mouros, cujo castelo, localizado a cerca de um quilómetro a Norte da actual povoação, foi

⁶ *Definições & estatutos dos cavalleyros da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo com a historia da origeme principio della...*, Lisboa Ocidental, Of. De Pascoal da Sylva. 1717p. bij.

arrasado na altura da Reconquista. É muito provável que só no reinado de D. Dinis se tivesse levantado uma nova fortificação.

Ignoram-se as razões que levaram as autoridades cristãs a construir um novo castelo num espaço diferente do mourisco, tanto mais que aí existiam materiais que poderiam ser aproveitados e existia também uma cerca urbana, cujas fundações só foram postas a descoberto por recentes escavações. A escolha do novo local poderá estar relacionada com a maior proximidade do rio Guadiana e da povoação espanhola de San Lúcar. Como se pode ver no Livro das Fortificações de Duarte de Armas (1509), não se optou também por o construir no ponto mais elevado da zona, como era habitual em tais casos. Embora não haja documentos a justificar a escolha, parece que teria havido a preocupação de controlar deslocações de inimigos no rio, o que se tornava mais difícil se o castelo estivesse nos serros de maior altura, mais afastados da via fluvial.

A fortificação construída no tempo de D. Dinis deveria ter a forma quadrada que está representada no desenho de Duarte de Armas, ainda que, entre o tempo que medeia entre a construção e 1509, tenha havido importantes obras de reparação. Há notícias de umas efectuadas, logo em finais do século XIV, depois de um grande incêndio que devastou a fortificação. Se no local já existia alguma construção militar, os seus vestígios deixaram de poder ser observados com as obras do reinado de D. Dinis. Dentro do castelo de Alcoutim foram erguidas algumas habitações, mas não há notícia da existência de torre de menagem. Nesta fortificação utilizaram-se xistos da região, consolidados com argamassa.

O portal de entrada existente a Norte deve conter elementos da primitiva construção, dadas as características do seu aparelho. Nas obras de reconstrução realizadas no século XVI, abriu-se uma outra entrada, voltada a Nascente e, no século seguinte, em plena guerra da Restauração, levantou-se um bico no sistema Vauban, voltado a San Lúcar, por exigências das novas técnicas militares, onde se assestaram canhões para disparar contra a fortaleza situada em território espanhol. Os muros interiores, a Poente, conservam marcas de buracos causados por balas de canhão, disparadas da fortaleza de San Lúcar. O antigo paiol da pólvora, de abóbada de berço, levou, recentemente, um telhado para protecção da estrutura.

No recinto do castelo de Alcoutim, levantou-se, nos últimos anos, um edifício junto ao ângulo a Noroeste, onde foram utilizados materiais modernos, no interior do qual se podem ver ruínas de construções posteriores ao tempo da Reconquista. A totalidade do espaço encontra-se em socacos ajardinados, o que o torna agradável e as tonalidades variadas do xisto dos muros aumentam-lhe o colorido.

Há notícia de ter existido uma muralha urbana na vila, mas as suas ruínas não foram ainda postas à luz do dia. Os elementos do castelo que hoje se podem observar são fruto, em grande parte, de restauro dos anos 40 deste século e de um ou outro muito recente, em que não houve a preocupação de colocar merlões em toda a parte superior dos muros nem de restaurar o adarve em toda a extensão daqueles. Em todo o caso, os elementos existentes no castelo de Alcoutim dão-nos a ideia de que se trata de uma fortificação antiga e de castelo fronteiriço, levantado para defender os limites do território nacional, acordados nos tratados de paz.

Como se disse, a vila de Castro Marim desempenhou um papel de relevo desde os tempos da ocupação romana e árabe e tornou-se um dos pontos estratégicos na defesa do Sudeste algarvio. Fica situada na embocadura do rio Guadiana que dava acesso a importantes zonas do interior que era necessário proteger, impedindo a passagem de barcos de guerreiros ou piratas. Desde tempos remotos, aí funcionou um lugar fortificado, aproximadamente, onde hoje está o castelo, aguardando-se, no entanto, escavações para comprovar o sítio exacto do mesmo. Em 1242, Castro Marim foi tomado aos Mouros por D. Paio Peres Correia, tendo sido a vila atribuída, durante alguns anos, à Ordem de Santiago de Espada.

Pouco depois da conquista, surgiram os planos para a construção/reconstrução de um lugar fortificado, cujos trabalhos foram iniciados durante o reinado de D. Afonso III, aproveitando-se, certamente, materiais de edifícios militares anteriores. Como lugar estratégico que era, mereceu a devida atenção dos responsáveis pela defesa do território.

Segundo informação contida numa lápide colocada por cima do portal de entrada do designado castelo velho, D. Afonso III mandou construir/reconstruir a fortificação de Castro Marim. O seu sucessor, muito atento aos problemas da defesa, ampliou os projectos naquela vila. Além das obras de consolidação do castelo propriamente dito, Mandou levantar a muralha urbana, ainda hoje existente, dentro da qual viveu a população de Castro Marim, durante séculos. O perímetro dessa construção deve ser o mesmo do que foi criado na Idade Média, embora tenha sofrido danificações e sido objecto de vários restauros, o último dos quais em meados do século XX. A muralha urbana é uma construção de alvenaria em que foi utilizado o xisto local, consolidado com argamassa. Constitui uma espécie de vasta coroa da colina onde se encontra implantada, com um recinto interior de hectare e meio.

No livro das fortalezas de Duarte de Armas (1509), a planta deste castelo voltada a Norte reproduz barcos junto aos muros. Não se

trata de uma fantasia daquele engenheiro militar porque, de facto, no século XVI, um dos esteiros do Guadiana chegava até ao sopé nordeste da fortificação, mas, nos tempos actuais, está muito afastado. Nesse espaço estão casas e uma estrada. Naquele desenho, também é possível ver-se que toda a muralha era encimada por merlões, que, posteriormente, foram substituídos por canhoeriras, devido às necessidades de adaptação dos sistemas defensivos ao uso da artilharia.

A muralha dispôs de duas portas, uma voltada a Poente com arco ogival, funcionando no presente como a entrada no recinto e outra a Norte, com acesso directo ao castelo, conservando-se ainda parte da construção exterior que a protegia. A lápide colocada entre o fecho do arco e o escudo real na porta de entrada da muralha tem as letras muito apagadas, mas ainda se consegue decifrar o nome de Dinis na oitava linha. O vão a seguir à porta ostenta uma abóbada com aparelho de cantaria.

Na parte interior dos muros a Norte e a Sul, são visíveis sinais de divisórias das habitações adoadas àqueles, conservando-se ainda ruínas destas encostadas ao adarve norte, embora não sejam do tempo de D. Dinis. Também encostado à muralha norte, um pouco à frente das ditas ruínas está o designado castelo velho, às vezes erroneamente referido como castelo dos mouros, porque não restam dúvidas que não é desse tempo, salvo talvez o lugar e alguns materiais utilizados nesta construção, depois da Reconquista.

A estrutura actualmente existente, exactamente no mesmo espaço onde, no tempo de D. Dinis, funcionou o castelo que albergou os Templários, deve ser do reinado de D. Manuel, com as obras em vias de conclusão em 1509, conforme o relato de uma visitaçã o a Castro Marim, realizada nesse ano por frei Diogo do Rego: *Vio primeiramente o dicto visitador o castello que na dicta villa estaa e o apousentamento que estaa dentro nelle. O qual por estar muito bem repairado de todo o que lhe mester faz. E se fazerem ora nelle mujtas obras per mandado de sua alteza pollo asi achar bem corregido... nom lhe pareceo seer neçessario mandar fazer nelle cousa alguma*⁷. Também o desenho de Duarte de Armas onde estão representados os coruchéus dos cubelos ainda incompletos parece indicar que as obras ainda não estariam totalmente concluídas naquela data. O castelo tem a configuração e as características das construções militares erguidas a partir do século XV: planta quadrada, com torreões cilíndricos nos ângulos a flanquear os muros e contrafortes de reforço. Todas estas circunstâncias nos levam a pensar que o castelo velho, que hoje se pode visitar em Castro Marim, não é uma obra do período da

⁷IAN/TT. Ordem de Cristo, códice 132, fl. 138 v.

Reconquista, mas do tempo de D. Manuel, no qual foram utilizados materiais de construções militares preexistentes.

Nos já referidos desenhos de Duarte de Armas, está representada uma imponente torre de menagem que já não existe, mas deve ser dos tempos que se seguiram à Reconquista, não se excluindo a hipótese de ter sido objecto de restauros posteriores. Deve ter caído durante o terramoto de 1755 que causou profundas destruições em Castro Marim, a ponto de a vila ter sido construída fora das muralhas.

No interior do castelo, há ruínas de edifícios e um ainda de pé, encostado ao muro poente, mas de reconstrução recente. Nenhuma dessas construções deve ser de origem medieval. Aí se localizavam casas para o alcaide e demais guarnição, bem como cavaliças e uma cisterna. Uma escada, à direita de quem entra, conduz ao adarve e à parte superior dos cubelos. Um pouco a Nascente encontram-se as ruínas da que foi a igreja matriz, dedicada a Santiago.

De tudo quanto foi dito, pode-se concluir que o que hoje se pode ver, tanto em Alcoutim como em Castro Marim, não nos chegou directamente dos tempos da Reconquista. Por outro lado, não restam dúvidas de que, nesses espaços, os reis de Portugal, depois de repelidos os Mouros, mandaram edificar construções militares para defesa de ataques de sarracenos ou castelhanos, garantindo assim a integridade dos territórios situados na fronteira algarvia. Tratados como o de Badajoz (1267) e o de Alcanizes (1297) delimitadores de fronteiras entre Castela e Portugal não obstaram a que houvesse meios de defesa adequados às estratégias militares da época. No Sul, sobretudo em Castro Marim, além do vizinho cristão era necessário proteger-se da pirataria berbere. Daí o maior cuidado posto na defesa desta praça militar.

Bibliografia

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, ed. facsimilada do Ms. 159 da Casa Forte do IAN/TT, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, 1990.

CATARINO, Helena, “Escavações arqueológicas nos Castelos de Alcoutim”, in *4º Congresso do Algarve- Montechoro*, 1986, pp. 25-32.

CID, Pedro de Aboim Inglês, *A Fortaleza Manuelina de Castro Marim*, ed. policopiada, F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de História de Arte, 1995.

COUTINHO, Valdemar, *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*, Algarve em Foco Editora, Faro, 1997.

Deffiniciones & estatutos dos cavalleiros e freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a História de origem & principio della, ofrecidos ao muyto Alto e poderoso Rey D. João V Nosso Senhor, Lisboa Ocidental, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1717.

MARQUES, José, “Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, C. M. de Loulé, 1987, pp. 101-130.

NUNES, António Miguel Ascensão, *Alcoutim Capital do Noroeste Algarvio*, ed. da Câmara Municipal de Alcoutim, 1985.

